

Líder do PSDB anuncia que recorrerá ao Supremo

O líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), não se deu por vencido com a aprovação, ontem à tarde, do projeto de refinanciamento das dívidas dos estados e municípios. Convicto de que o Senado Federal foi afrontado e que o estabelecimento de regras para este assunto é de competência exclusiva da Casa, o tucano está disposto a recorrer judicialmente da decisão. E tão logo o presidente Fernando Collor sancione a lei, Fernando Henrique irá interpor uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No entendimento do senador, a Constituição é clara, no Artigo 52, em garantir a iniciativa. Esta também era a compreensão de grande parte da Casa, na última quinta-feira, inclusive vários governistas. Com o rumo das negociações, ontem, muitos mudaram de idéia. Sobre tudo pela postura

do PMDB de retirar sua bancada de plenário, caso a rolagem não recebesse tratamento prioritário. Ontem, 60 senadores compareceram à Casa, sendo 25 peemedebistas. Na eventualidade de uma obstrução, não haveria quorum mínimo necessário para votação: 41 presenças.

Estaria, assim, inviabilizada a votação do ajuste fiscal, fundamental para o Governo. "Cumprimos a nossa parte e esperamos que os representantes do Governo respeitem a negociação", ponderava o líder do PMDB, Humberto Lucena (PB), pela manhã. Lucena reconhecia que a aprovação do ajuste fiscal garantiria a essencial condição de governabilidade para o Executivo. "O ônus político é de lado a lado", assinalava.

Para ele, uma postura contrária dos governistas representaria um fato de alta gravidade. Mas não em relação ao PMDB. "Se isto ocorrer terá

havido uma traição, deslealdade, sim, mas de senadores com o Presidente da República", assinalava. "O Governo cedeu tudo o que podia. A permanecer o quadro que está, todos perderemos em 1992", disse o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, ao deixar o Congresso. Já contava, de qualquer maneira, com o acordo, concretizado horas depois.

Pela inconstitucionalidade, uniram-se ao PSDB, representantes do PSB, PTB, PDT, PDS e Eduardo Suplicy, PT, que somaram 23 votos. Com raras exceções, PFL e PRN mantiveram-se do lado do PMDB, garantindo 37 votos. Indignado com o resultado, Fernando Henrique apontou uma reedição da política do "é dando que se recebe", destacando que o Senado abria caminho "para sua inutilidade" na revisão constitucional. "Parabéns aos que receberam. Pê-sames aos que deram", finalizou, irônico.